OPEN SCIENCE REVIEW21
ISSN 3086-4089
v.1, n.1 (2026)

NEURODIVERGÊNCIA E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: COMPLEXIDADE, POLÍTICA PÚBLICA E REORGANIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA À LUZ DE EDGAR MORIN

NEURODIVERGENCE AND RETENTION IN HIGHER EDUCATION: COMPLEXITY, PUBLIC POLICY, AND EPISTEMOLOGICAL REORGANIZATION IN LIGHT OF EDGAR MORIN

NEURODIVERGENCIA Y PERMANENCIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: COMPLEJIDAD, POLÍTICA PÚBLICA Y REORGANIZACIÓN EPISTEMOLÓGICA A LA LUZ DE EDGAR MORIN

Luís Vicente Ferreira[1], Sonia Sueli Berti Pinto[2]

e115
https://doi.org/10.66649/5v03mq77

PUBLICADO: 03/2026

RESUMO

A ampliação da presença de estudantes neurodivergentes no ensino superior evidencia limites estruturais do modelo universitário contemporâneo, ainda fortemente ancorado em racionalidade fragmentária e padronizações avaliativas homogêneas. Este artigo propõe uma análise epistemológica e normativa da permanência estudantil sob a perspectiva do Pensamento Complexo de Edgar Morin, articulando-o aos Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025, que instituem e atualizam a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Sustenta-se que a inclusão da neurodivergência não pode ser tratada como adaptação pontual, mas exige reorganização sistêmica da cultura institucional, do currículo, da avaliação e da governança acadêmica. A partir de abordagem teórico-analítica e diálogo crítico com Boaventura de Sousa Santos, Michel Foucault e epistemologias latino-americanas, argumenta-se que a permanência constitui fenômeno relacional, atravessado por dimensões epistemológicas, políticas e normativas. Conclui-se que a complexidade oferece base paradigmática para superar a monocultura cognitiva e promover justiça epistemológica através de um framework institucional integrado.

PALAVRAS-CHAVE: Neurodivergência. Ensino superior. Complexidade. Permanência estudantil. Epistemologia crítica. Inclusão.

ABSTRACT

The increasing presence of neurodivergent students in higher education reveals structural limitations in contemporary university models, which remain grounded in fragmented rationality and standardized assessment practices. This article provides an epistemological and normative analysis of student retention through the lens of Edgar Morin's Complex Thinking, articulated with Decrees No. 12,686/2025 and 12,773/2025, which establish and update Brazil's National Policy for Inclusive Special Education. It argues that neurodivergence inclusion cannot be reduced to isolated accommodations but requires a systemic reorganization of institutional culture, curriculum, assessment, and academic governance. Through a theoretical-analytical approach and critical dialogue with Boaventura de Sousa Santos, Michel Foucault, and Latin American epistemologies, the paper contends that retention is a relational phenomenon shaped by epistemological, political, and normative dimensions. Complexity emerges as a paradigmatic foundation capable of overcoming cognitive monoculture and fostering epistemic justice in contemporary higher education.

KEYWORDS: *Neurodiversity. Higher education. Complexity. Student retention. Critical epistemology. Inclusion.*

RESUMEN

El aumento de estudiantes neurodivergentes en la educación superior revela límites estructurales del modelo universitario contemporáneo, aún marcado por racionalidades fragmentadas y evaluaciones estandarizadas. Este artículo propone un análisis epistemológico y normativo de la permanencia estudiantil desde el Pensamiento Complejo de Edgar Morin, articulado con los Decretos nº 12.686/2025 y nº 12.773/2025, que instituyen y actualizan la Política Nacional de Educación Especial Inclusiva en

[1] Pós-doutor em Ciências da Complexidade, Neurociências e Aprendizagem. Faculdade Paulista de Serviço Social – FAPSS – SCS.
[2] Pós-Doutora em Linguística Aplicada. Centro Universitário AlfaUnipac.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Brasil. Se sostiene que la inclusión de la neurodivergencia no puede reducirse a adaptaciones

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

puntuales, sino que exige una reorganización sistémica de la cultura institucional, el currículo, la evaluación y la gobernanza académica. Mediante el diálogo crítico con Boaventura de Sousa Santos, Michel Foucault y epistemologías latinoamericanas, se argumenta que la permanencia es un fenómeno relacional atravesado por dimensiones epistemológicas, políticas y normativas. La complejidad se presenta como base paradigmática capaz de superar la monocultura cognitiva y promover justicia epistemológica en la educación superior contemporánea.

PALABRAS CLAVE: *Neurodivergencia. Educación superior. Complejidad. Permanencia estudiantil. Epistemología crítica. Inclusión.*

1 - INTRODUÇÃO

A universidade contemporânea, ao mesmo tempo em que celebra a ampliação do acesso e a democratização do ensino superior, enfrenta um desafio estrutural que ultrapassa a dimensão quantitativa das matrículas. A presença crescente de estudantes neurodivergentes – sujeitos cujas formas de processamento cognitivo não se ajustam aos padrões hegemônicos de linearidade, previsibilidade e homogeneidade – revela fissuras epistemológicas profundas no modelo universitário moderno. Não se trata apenas de uma questão pedagógica ou administrativa; trata-se de um questionamento paradigmático acerca das bases sobre as quais se organizou o próprio conceito de excelência acadêmica.

Historicamente, a universidade consolidou-se sob a égide de uma racionalidade analítica, fragmentária e disciplinar. O conhecimento foi estruturado por meio de compartimentalizações que produziram a separação entre sujeito e contexto, entre cognição e emoção, entre avaliação e historicidade. Nesse cenário, a diferença cognitiva foi frequentemente enquadrada sob a lente da anormalidade, demandando ajustes compensatórios sem que se interrogasse o próprio desenho institucional.

Entretanto, como adverte Edgar Morin (2000, p. 36), “o conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade”. Essa afirmação desloca o debate da mera adaptação técnica para o plano epistemológico. A permanência de estudantes neurodivergentes emerge de uma trama de interações que envolve cultura acadêmica, dispositivos avaliativos, políticas públicas e concepções de conhecimento. Morin (2005, p. 14) define a complexidade como “um tecido de eventos, ações, interações e retroações”. Ao empregar a metáfora do tecido, sugere-se que a evasão estudantil não pode ser interpretada exclusivamente como falha individual; ela resulta da interação entre sujeitos diversos e sistemas que operam segundo padrões normativos rígidos.

Ademais, os Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025, ao instituírem e atualizarem a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, indicam que a inclusão deve ser tratada como reorganização sistêmica. Contudo, como observa Morin (2003, p. 23), “a reforma da educação depende da reforma do pensamento”. Se a cultura institucional permanece ancorada em paradigma simplificador, a política pública corre o risco de converter-se em formalidade burocrática.

Diante desse cenário, este artigo busca integrar a complexidade moriniana à crítica à "monocultura do saber" de Boaventura de Sousa Santos e aos dispositivos de normalização de Michel Foucault.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

O objetivo central é propor um framework institucional — entendido não como protocolo rígido, mas como matriz interpretativa — capaz de integrar política pública, justiça epistemológica e prática acadêmica. Nos tópicos seguintes, aprofundaremos essa análise para construir uma proposta coerente com os desafios contemporâneos da permanência estudantil.

2 - COMPLEXIDADE, MODERNIDADE E A CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA LATINO-AMERICANA

A presença da neurodivergência no ensino superior faz mais do que expor falhas pedagógicas; ela desnuda a persistência de uma racionalidade moderna fundamentada na fragmentação e na hierarquização dos saberes. A universidade, como peça central do projeto moderno ocidental, consolidou-se sobre a separação rígida entre sujeito e objeto, razão e sensibilidade, normalidade e desvio. Edgar Morin identifica nesse movimento o "paradigma da simplificação", que impõe a disjunção e a redução como regras de ouro.

Embora a análise das partes tenha permitido avanços científicos inegáveis, ela também gerou o que Morin chama de "mutilações cognitivas". Na prática acadêmica, isso se traduz em currículos segmentados e avaliações padronizadas que ignoram que todo conhecimento é, simultaneamente, tradução e reconstrução. Sob essa ótica, a diversidade cognitiva deixa de ser uma anomalia para se tornar a própria expressão da multiplicidade do real.

Neste ponto, a epistemologia crítica latino-americana oferece um contraponto necessário. Aníbal Quijano (2005) discute a "colonialidade do saber" para explicar como certas racionalidades foram legitimadas enquanto outras foram silenciadas. Se transpusermos essa lógica para o cotidiano universitário, percebemos uma forma de colonialidade cognitiva: modos de aprender e de se expressar que fogem ao padrão são rotulados como insuficientes. No entanto, essa "insuficiência" é um subproduto de critérios construídos sob um paradigma que não reconhece a diferença como potência.

Enrique Dussel (2012) propõe que a crítica deve partir da "exterioridade", ou seja, da voz daqueles que o sistema marginalizou. No ensino superior, a experiência do estudante neurodivergente é essa exterioridade crítica que revela as limitações do modelo vigente. Ouvir esses sujeitos não significa renunciar ao rigor, mas reconstruí-lo sob a égide da justiça epistemológica. Como afirma Morin, reformar o pensamento exige integrar o que foi excluído, transformando a diversidade em elemento estruturante, e não em um mero "problema" a ser compensado.

3 - POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: ENTRE A NORMA E O PARADIGMA

É sob esse prisma que os Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025 ganham sua real dimensão. Eles não são apenas diretrizes administrativas, mas tentativas de deslocar o paradigma da política educacional brasileira, tratando a inclusão como algo transversal e estruturante. Contudo, a norma não altera a cultura por decreto. A regulação só se torna efetiva quando é internalizada pela instituição como um princípio orientador.

A articulação em rede prevista na legislação dialoga diretamente com o princípio moriniano da interdependência. A inclusão não pode ser um apêndice, uma tarefa exclusiva de um núcleo de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

acessibilidade isolado; ela exige que a gestão, a formação docente e a avaliação caminhem de forma integrada.

Se a universidade se mantém como uma estrutura hierárquica e rígida, a política inclusiva acaba fragmentada e burocratizada. Por outro lado, ao se assumir como um sistema aberto e complexo, a instituição transforma a norma em um catalisador de inovação. O rigor acadêmico, portanto, não é perdido; ele é ampliado para reconhecer que a excelência pode se manifestar por múltiplas vias cognitivas.

4 - A CONSTRUÇÃO DE UM FRAMEWORK INSTITUCIONAL COMO EXPRESSÃO DA COMPLEXIDADE

Para avançar do diagnóstico à proposição, é necessário evitar a tentação do simplismo. Não se busca aqui um protocolo operacional fechado, mas a elaboração de uma arquitetura conceitual capaz de orientar decisões em ambientes marcados pela incerteza. O termo framework, neste contexto, define uma matriz interpretativa que organiza princípios e orienta práticas, reconhecendo a interdependência entre dimensões que a tradição universitária costuma isolar.

O primeiro movimento dessa arquitetura consiste em deslocar o debate da inclusão do plano exclusivamente pedagógico para o plano epistemológico. Frequentemente, as discussões limitam-se a metodologias ou adaptações avaliativas. Entretanto, tais medidas permanecem insuficientes se não houver um questionamento sobre as concepções de conhecimento que sustentam o currículo. Morin afirma que “o conhecimento do conhecimento deve tornar-se princípio do conhecimento”. Se os pressupostos institucionais continuam ancorados na monocultura cognitiva, as adaptações serão meramente superficiais.

Dessa forma, a excelência acadêmica, sob uma perspectiva complexa, não pode ser definida apenas por rapidez de processamento ou padronização textual. Ela deve envolver profundidade conceitual, capacidade crítica e criatividade. Essa redefinição não relativiza o rigor; ao contrário, amplia sua exigência ao demandar uma avaliação qualitativa mais sofisticada.

Matriz de Reorganização Sistêmica para a Permanência

Esta matriz sintetiza o framework, integrando a política pública à reforma do pensamento necessária para a efetiva permanência estudantil:

A dimensão avaliativa constitui o núcleo mais sensível dessa reorganização. Foucault demonstrou que o exame opera como instrumento de poder e normalização. Portanto, se a inclusão pretende ser estrutural, é na avaliação que a complexidade precisa ser incorporada de maneira consistente. Isso implica reconhecer que diferentes modos de expressão podem revelar igual profundidade conceitual. Projetos aplicados e portfólios reflexivos podem demonstrar domínio de conteúdo de forma tão rigorosa quanto provas tradicionais.

A governança institucional assume aqui um papel decisivo. Não basta que docentes adotem práticas inclusivas isoladamente; a instituição deve incorporar tais princípios em seus documentos estruturantes, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A inclusão precisa deixar de ser uma iniciativa periférica para tornar-se o eixo transversal da universidade do século XXI.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Eixo de Atuação	Fundamento Epistemológico	Ação Prática (Operacionalização)
Governança e Gestão	**Interdependência Sistêmica**: A inclusão como responsabilidade da rede, não de um setor isolado.	Inclusão de indicadores de neurodiversidade no PDI e criação de fóruns intersetoriais de acompanhamento.
Desenvolvimento Curricular	**Ecologia de Saberes**: Superação da monocultura cognitiva em favor de pluralidades formativas.	Flexibilização de percursos e adoção do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como base curricular.
Práticas Avaliativas	**Crítica à Normalização**: A avaliação como instrumento de reconhecimento, não de exclusão.	Adoção de avaliações multimodais (projetos, portfólios e defesas orais) que validem a profundidade além da norma escrita.
Formação Docente	**Reforma do Pensamento**: O docente como mediador capaz de enfrentar a incerteza educativa.	Programas de formação continuada focados em neurodiversidade e epistemologias críticas.

5 - PARA ALÉM DA ADAPTAÇÃO: PERMANÊNCIA COMO JUSTIÇA EPISTEMOLÓGICA

Ao aprofundar a análise, torna-se evidente que a permanência de estudantes neurodivergentes não é apenas uma questão de eficiência institucional, mas de justiça epistemológica. Boaventura de Sousa Santos propõe uma "ecologia de saberes" como alternativa à monocultura cognitiva, o que implica reconhecer que diferentes formas de conhecimento coexistem sem que uma detenha o monopólio da legitimidade. Aplicada ao ensino superior, essa ecologia não significa um relativismo ingênuo, mas a ampliação crítica dos critérios de validação acadêmica.

A universidade complexa não abdica da ciência; ela a reconhece como uma prática situada e atravessada por relações de poder. Morin reforça que a realidade é, simultaneamente, una e múltipla. Essa premissa sintetiza o desafio da inclusão: integrar a unidade institucional à multiplicidade cognitiva. Sob essa perspectiva, a permanência estudantil reflete a capacidade da instituição de articular essas dimensões sem recorrer a simplificações que excluam o sujeito. O framework proposto, portanto, não apenas reorganiza procedimentos, mas reconfigura o olhar institucional, transformando a inclusão da neurodivergência em uma oportunidade de revisão paradigmática profunda.

6 - CONCLUSÃO: COMPLEXIDADE COMO HORIZONTE ÉTICO-POLÍTICO

A análise desenvolvida permite afirmar que a inclusão da neurodivergência no ensino superior revela uma tensão estrutural no paradigma universitário moderno. Ao evidenciar os limites de modelos pedagógicos fundados na homogeneidade, a presença desses estudantes funciona como um índice crítico das insuficiências do pensamento simplificador. A articulação entre o Pensamento Complexo de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Edgar Morin e os Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025 possibilita compreender a permanência como um fenômeno relacional, sistêmico e eticamente orientado.

Contudo, a normatividade isolada não produz transformação substantiva. A política pública cria a condição de possibilidade, mas sua efetividade depende da "reforma do pensamento", que Morin aponta como a condição primeira de qualquer reforma educativa. A universidade não efetivará uma inclusão estrutural se permanecer ancorada em uma monocultura que naturaliza certos modos de aprender como universais.

O rigor científico, na perspectiva complexa, não é dissolvido, mas aliado à pluralidade cognitiva. A exigência acadêmica permanece, exercida de modo contextualizado e atento às interações que configuram o processo formativo. O framework institucional desenvolvido neste artigo é a expressão prática dessa reorganização. Ele reconhece que excelência e inclusão não são termos antagônicos, mas dimensões dialógicas da mesma realidade.

Em última análise, a inclusão da neurodivergência deixa de ser uma política compensatória para se tornar um projeto de justiça cognitiva. Assumir esse desafio significa reconhecer que a universidade do século XXI precisa integrar a diversidade sem renunciar à profundidade, reorganizar critérios sem dissolver exigências e, acima de tudo, acolher a incerteza como parte constitutiva do conhecimento. Ao responder a esse desafio de maneira complexa, a universidade redefine a si mesma como um espaço epistemologicamente plural, eticamente comprometido e politicamente responsável.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 12 de agosto de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2025.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2000.

MORIN, Edgar. **O método 1**: a natureza da natureza. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.